

Informativo Semanal - 16 a 22 de março de 2026



Foto: Sindsprev-PE

Sindsprev Pernambuco participa de encontro da Previdência Social no Recife com o ministro Wolney Queiroz

O Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro

Social (INSS) promoveram, na última quinta-feira (5), um encontro

de gestão voltado ao fortalecimento do diálogo com os servidores

e à integração das equipes da Região...

Leia mais - Pág. - 2

Proteção para servidoras



Foto: Sindsprev-PE

Uma norma do Governo Federal ampliou e regulamentou o direito de servidoras públicas vítimas de violência doméstica solicitarem mudança de local de trabalho, como forma de proteção à vida e à

integridade física e psicológica. A medida está prevista na Portaria Conjunta MGI/MMulheres nº 88/2025, publicada em dezembro de 2025, que estabelece regras para...

Leia mais - Pág. - 5

Dia das Mulheres no CFL



Foto: Sindsprev-PE

O Centro de Formação e Lazer (CFL) foi palco, no último fim de semana, de um encontro marcado por diálogo, acolhimento e mobilização social. Promovida pelo Sindsprev Pernambuco, a

celebração do Dia Internacional da Mulher reuniu filiadas, dirigentes sindicais, trabalhadoras e convidadas para uma programação pensada para elas que combinou reflexão política...

Leia mais - Pág. - 7

Sindsprev Pernambuco participa de encontro da Previdência Social no Recife com o ministro Wolney Queiroz

Foto: Sindsprev-PE



O Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) promoveram, na última quinta-feira (5), um encontro

de gestão voltado ao fortalecimento do diálogo com os servidores e à integração das equipes da Região Nordeste. A atividade ocorreu no

Recife e reuniu gerentes de Agências da Previdência Social (APS) e servidores do INSS de todo o estado de Pernambuco, incluindo

trabalhadores da capital e do interior, além de representantes institucionais, gestores públicos e lideranças sindicais.

A abertura do projeto

EXPEDIENTE



INFORMATIVO EDITADO PELA SECRETARIA DE IMPRENSA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES PÚBLICOS FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Marques de Amorim, 174,
Boa Vista, Recife-PE.
CEP 50070-335.


Fone: (81) 2127-8333.

Site: www.sindsprev.org.br

E-mail: siprevpe@uol.com.br

  [sindsprevpe](#)

 [sindsprev_pe](#)

 [sindsprevrecifepe](#)

Coordenação Geral: José Bonifácio-
Secretaria de Imprensa e
Comunicação: Silvaneide Márcia

Jornalista Responsável e Edição:

Débora Almeida

Textos: Débora Almeida e Agência Mazella

Conselho Editorial: José Bonifácio e Silvaneide Márcia

Projeto Gráfico e Diagramação: Daniele Cardoso

“Integrar para Avançar” foi conduzida pelo ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, e contou com a presença de representantes das direções nacional, regional e estadual do INSS. O encontro teve como objetivo promover um espaço de escuta ativa e construção coletiva de propostas para aprimorar a gestão e o atendimento à população.

Representando o Sindsprev-PE, participaram da agenda o coordenador-geral José Bonifácio, o secretário-geral Luiz Eustáquio, a diretora do Sindsprev-PE e da CNTSS Stela Pragana, o diretor Alan Soares e a diretora e secretária da Secretaria de Aposentados, Márcia Sena.

Durante sua fala, o ministro destacou a importância do caráter social da Previdência e do papel desempenhado pelos servidores no atendimento à população.

“Por isso sempre falo: Previdência Social, porque não é uma questão de semântica, é uma questão de conceito. A previdência é social e essa é a razão da sua existência. Esse sobrenome é o DNA que nós temos que considerar e isso justifica toda a

existência da previdência social”, afirmou Wolney Queiroz.

O ministro também ressaltou o impacto econômico e social da Previdência no país, destacando que o sistema injeta mensalmente bilhões de reais na economia brasileira, sustentando famílias e movimentando o comércio, especialmente em municípios menores.

Durante o encontro, servidores apontaram como principais temas de debate a instabilidade dos sistemas, a agenda da perícia médica, a revisão de benefícios, problemas estruturais nas agências e a necessidade de políticas e fluxos voltados à humanização do atendimento. Também foram discutidas pautas relacionadas às condições de trabalho e aos planos de carreira do Seguro Social.

O superintendente regional do INSS no Nordeste, Marcos Vinícius Braga, destacou a importância do diálogo promovido durante a atividade. Segundo ele, o momento foi fundamental para pensar estratégias que possibilitem respostas mais rápidas, justas e humanizadas aos cidadãos nordestinos.

Durante o espaço

aberto para diálogo com o público, a diretora do Sindsprev-PE e da CNTSS, Stela Pragana, também fez uso da palavra, reforçando a importância da participação dos trabalhadores nas discussões sobre os rumos da Previdência Social.

Ao final do encontro, a dirigente realizou ainda a entrega de um ofício ao ministro da Previdência Social, em nome do Sindsprev-PE e da CNTSS, apresentando reivindicações da categoria voltadas à melhoria das condições de trabalho e à valorização dos servidores do INSS. Entre os principais pontos apresentados estão:

a instituição de um Comitê Gestor da Carreira sem a participação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI);

a superação dos problemas estruturais nas Agências da Previdência Social, que comprometem o funcionamento adequado das unidades;

a revisão dos processos de trabalho e das metas produtivistas, bem como melhorias nos sistemas utilizados pelos servidores;

medidas para enfrentar o adoecimento dos trabalhadores,

relacionado ao atual modelo de gestão excessivamente produtivista;

a valorização da carreira do Seguro Social, hoje considerada desvalorizada pela categoria;

a instituição de adicional de qualificação para incentivar a formação acadêmica e o aperfeiçoamento profissional;

a reestruturação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), cuja estrutura atualmente é considerada insuficiente para atender os servidores do INSS;

o encaminhamento de projeto de lei que estabeleça nível superior para o cargo de Técnico do Seguro Social;

e a garantia de que apenas entidades sindicais juridicamente constituídas representem os trabalhadores nas mesas de negociação e comitês institucionais.

A participação do sindicato no encontro reforça o compromisso da entidade em acompanhar de perto os debates institucionais que impactam a Previdência Social e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente os servidores e aposentados do setor público

Pouco espaço e baixos salários: A realidade feminina no mercado de trabalho do Brasil

Foto: Sindaprev-PE



Ser mulher no mercado de trabalho brasileiro ainda carrega um custo que muitas vezes não aparece nas planilhas de produtividade nem nos relatórios institucionais. Esse preço se manifesta de formas sutis e estruturais, seja na desconfiança constante sobre a capacidade profissional, dificuldade de acesso a cargos de liderança, diferenças salariais persistentes e até mesmo na dupla jornada que combina trabalho formal com responsabilidades domésticas historicamente atribuídas às mulheres.

Dados recentes do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística, ajudam a dimensionar essa desigualdade. O Brasil possui cerca de 90,5 milhões de mulheres com 14 anos ou mais, mas apenas 47,8 milhões fazem parte da força de trabalho atual, sendo 2% maior que a masculina.

A desigualdade se torna ainda mais evidente quando o recorte racial entra em cena. Nele mulheres negras, tem um índice de desocupação que chega a 7,5%, cerca de 2,8% a mais do que entre homens negros. Os rendimentos também refletem essa disparidade, mulheres com ensino médio recebem, em média, até 21% menos que homens com o mesmo nível de escolaridade. Já entre profissionais com ensino superior, a diferença salarial pode alcançar

35%, o que representa perdas anuais significativas para as trabalhadoras.

Nesse cenário, a organização coletiva e sindical ganha importância estratégica. Historicamente, sindicatos têm sido instrumentos fundamentais na construção de direitos trabalhistas e na defesa da igualdade no ambiente profissional. Mais do que negociar salários ou condições de trabalho, essas entidades também assumem o papel de provocar reflexões internas e externas sobre justiça social, representatividade real e respeito.

Trabalhos para diminuição das desigualdades

Garantir espaço para mulheres nas direções, com participação ativa nas decisões e igualdade de condições, não

significa apenas corrigir distorções históricas, mas também ampliar a capacidade de representação das categorias. A busca por paridade salarial e por ambientes institucionais livres de discriminação é parte desse processo.

Discutir a participação feminina no mercado de trabalho exige olhar para a sociedade como um todo. Questões como o aumento do custo de vida, a instabilidade econômica e a precarização das relações de trabalho tendem a atingir de forma mais intensa aquelas que já ocupam posições mais vulneráveis. Por isso, a luta por igualdade de gênero no trabalho não é apenas uma pauta identitária, é também uma agenda social e econômica.

Reconhecer o valor do trabalho das mulheres, combater desigualdades estruturais e garantir condições justas de participação profissional são passos essenciais para construir uma sociedade mais equilibrada. Enquanto essas barreiras persistirem, o preço pago por ser mulher no mercado de trabalho continuará sendo alto demais.

Norma amplia direito de mudança de local de trabalho para servidoras vítimas de violência doméstica

Uma norma do Governo Federal ampliou e regulamentou o direito de servidoras públicas vítimas de violência doméstica solicitarem mudança de local de trabalho, como forma de proteção à vida e à integridade física e psicológica. A medida está prevista na Portaria Conjunta MGI/MMulheres nº 88/2025, publicada em dezembro de 2025, que estabelece regras para remoção, redistribuição e movimentação funcional de servidores da administração pública federal em situações de violência.

De acordo com informações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), quatro servidoras federais já utilizaram o instrumento desde a publicação da norma, garantindo alteração de local de trabalho para preservar sua segurança.

A portaria foi construída em parceria com o Ministério das Mulheres e consolida entendimentos já previstos na Lei nº 8.112/1990. A norma se aplica a mulheres (independentemente da orientação sexual) e também a homens em relações

homoafetivas, desde que estejam em exercício em órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Remoção automática em casos de medida protetiva

Um dos principais avanços da norma é a possibilidade de remoção automática quando houver medida protetiva de urgência, especialmente nos casos em que há risco à vida ou à integridade física ou psicológica da vítima.

Nessas situações, a administração pública deve analisar o pedido em até cinco dias úteis, priorizando a proteção do servidor ou da servidora. Entre os elementos considerados estão decisões judiciais que determinem o afastamento do agressor do lar, a proibição de contato ou aproximação e a restrição ao porte de armas.

Segundo o coordenador-geral de Movimentação de Pessoal da Secretaria de Serviços Compartilhados do MGI, Daniel Pires de Castro, a medida busca garantir rapidez e sigilo no atendimento às vítimas.

A alteração do local de exercício pode ser feita diretamente para a localidade solicitada pela servidora, sendo o órgão de origem apenas comunicado da mudança, sem divulgação do novo destino.

Formas de mudança de local de trabalho

Para servidores que ocupam cargo efetivo, a norma prevê três possibilidades:

Remoção: deslocamento para outra unidade dentro do mesmo órgão;

Redistribuição: transferência do cargo para outro órgão, levando o servidor junto;

Movimentação funcional: realocação interna prevista em normas específicas, utilizada quando as alternativas anteriores não são possíveis.

Já para empregados públicos regidos pela CLT, a portaria prevê apenas a possibilidade de movimentação funcional.

Situações de flagrante relacionadas à violência doméstica também podem justificar a concessão obrigatória da remoção.

Documentos que podem comprovar a violência

Mesmo quando não houver medida protetiva concedida pela Justiça, a portaria permite que o pedido seja analisado com base em outros documentos que indiquem a situação de violência.

Entre os registros aceitos estão:

boletim de ocorrência;

registros de chamadas para serviços de emergência;

exames de corpo de delito;

pedidos de medida protetiva ainda em análise;

outros meios de prova admitidos em direito.

Nesses casos, o pedido será avaliado pela área de gestão de pessoas do órgão, levando em conta o grau de risco e a situação administrativa da unidade.

Mudança por motivo de saúde

A portaria também prevê a remoção por motivo de saúde, quando uma junta médica oficial comprovar danos físicos ou psicológicos decorrentes da violência doméstica.

Nessa situação, o pedido deve ser analisado em até dez dias

úteis, prazo que pode ser prorrogado por igual período. A mudança de local independe do interesse administrativo do órgão de origem, considerando a necessidade de proteção à saúde da vítima.

Alternativas quando a remoção não é possível

Quando não for possível conceder a remoção — por exemplo, quando o órgão não possui unidade na localidade desejada — a área de gestão de pessoas deverá

apresentar alternativas administrativas.

Nesse caso, a unidade técnica terá até cinco dias úteis para recomendar a redistribuição ou outra forma de movimentação funcional. Em seguida, a autoridade competente terá mais cinco dias úteis para decidir sobre a medida indicada.

Sigilo e novas solicitações

A portaria determina que todos os processos tramitem em caráter sigiloso, e os atos administrativos de

movimentação serão publicados sem identificação nominal do servidor ou servidora.

Caso a violência persista na nova localidade, a pessoa poderá solicitar nova remoção a qualquer momento. Por outro lado, se o risco cessar, também é possível solicitar retorno a uma lotação anterior, sem prejuízo de direitos ou vantagens permanentes.

Proteção institucional

A regulamentação representa um avanço

na proteção institucional de servidores e servidoras vítimas de violência doméstica, garantindo mecanismos administrativos que priorizem a segurança e a dignidade das vítimas dentro do serviço público.

Para entidades sindicais e organizações de defesa dos trabalhadores, medidas como essa reforçam a importância de políticas públicas que assegurem condições de trabalho seguras e respeito aos direitos humanos no ambiente da administração pública.



Foto: Sindaprev-PE

Sindsprev Pernambuco celebra Dia das Mulheres no CFL e reafirma luta contra a violência de gênero



Fotos: Sindsprev-PE



O Centro de Formação e Lazer (CFL) foi palco, no último fim de semana, de um encontro marcado por diálogo, acolhimento e mobilização social. Promovida pelo Sindsprev Pernambuco, a celebração do Dia Internacional da Mulher reuniu filiadas, dirigentes sindicais, trabalhadoras e convidadas para uma programação pensada para elas que combinou reflexão política, atividades culturais e momentos de cuidado coletivo.

O eixo central da atividade foi a roda de diálogo dedicada ao tema do feminicídio, que contou com a presença de representantes da

diretoria do Sindsprev, integrantes de movimentos sociais, além da participação da Secretária da Mulher da CUT Pernambuco.

O debate abriu espaço para reflexões profundas sobre os desafios enfrentados pelas mulheres dentro e fora do ambiente de trabalho, abordando a necessidade de políticas públicas eficazes e de mobilização permanente para enfrentar a violência de gênero.

A apresentação de teatro mudo abordou de forma sensível e simbólica, questões relacionadas à condição feminina na sociedade. Paralelamente, as participantes puderam

desfrutar de espaços de cuidado, como serviços de maquiagem, massagens e o chamado “momento zen”, pensados para proporcionar acolhimento e valorização das mulheres presentes.

“Estamos aqui mais uma vez, nesse dia tão sublime e tão importante, que é o dia da mulher. Aquela que nos dá, depois de Deus, dar a vida. Então, é um momento muito sublime que a gente tem aqui, no nosso Sindsprev. Então, em nome de toda a diretoria, estamos aqui com alguns diretores e diretoras. Eu sou Iacelys, faço parte da direção do Sindsprev, Silvanilde, Jeane, Ademilson. Então, estamos aqui

presentes e agradecemos a presença de todos vocês, pela escolha de vir passar esse dia conosco. Iacelys Maria - Secretária de Políticas Sociais e Culturais

Encerrando o evento em clima de celebração e esperança, a cantora Vilma Araújo subiu ao palco e conduziu um show marcado por emoção e representatividade, animando o público e reafirmando a força da cultura como instrumento de resistência. Outro destaque do evento foi a feira de artesanato, que reuniu expositoras e valorizou o trabalho manual e a autonomia financeira de mulheres empreendedoras.

Servidores debatem reforma administrativa e cobram regulamentação da negociação coletiva em Plenária Nacional

Dirigentes sindicais, especialistas e trabalhadores de todo o país participaram, nesta quinta-feira, de uma Plenária Nacional do setor público, realizada de forma virtual pela plataforma Zoom. O encontro reuniu representantes das três esferas do funcionalismo (federal, estadual e municipal) para debater os desafios enfrentados pelos servidores e fortalecer a mobilização em defesa dos direitos da categoria.

Convocada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), a atividade teve como eixo central a análise das transformações em curso na estrutura do Estado brasileiro, incluindo propostas de reforma administrativa e os impactos dessas mudanças para o serviço público e para os trabalhadores. Também esteve em pauta a necessidade de avançar na regulamentação da negociação coletiva no setor público, direito previsto internacionalmente, mas ainda não plenamente garantido no Brasil.

Durante o debate, a advogada Camila Cândido, da assessoria



jurídica LBS, apresentou uma análise sobre propostas recentes de reorganização da administração pública. Segundo ela, algumas iniciativas têm sido apresentadas com discursos de modernização da gestão, trazendo conceitos como inovação, inclusão e transformação digital. No entanto, mudanças estruturais propostas podem alterar profundamente a forma de funcionamento do Estado e as relações de trabalho no setor público.

Entre os pontos destacados está a possibilidade de ampliação de modelos administrativos que permitam a criação de subsidiárias e fundações de direito privado vinculadas ao Estado. Na prática, esse modelo pode resultar na coexistência de

diferentes regimes de contratação dentro de um mesmo órgão público, reunindo servidores estatutários e trabalhadores contratados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De acordo com a especialista, esse cenário pode gerar conflitos nas relações de trabalho e trazer novos desafios para a organização sindical.

Outro tema central da plenária foi a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito à negociação coletiva e da organização sindical no setor público. O dirigente sindical Pedro Armengol destacou que a convenção foi aprovada no Brasil em 2010, mas até hoje não foi regulamentada, o que impede

que os servidores tenham garantido institucionalmente o direito à negociação coletiva com o Estado.

Segundo Armengol, as entidades sindicais têm cobrado do governo federal o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional que regule a matéria. Ele ressaltou que o avanço dessa pauta dependerá da mobilização das entidades e dos trabalhadores em todo o país para pressionar o parlamento pela aprovação da proposta.

Ao final da plenária, os participantes reforçaram a importância de ampliar a articulação nacional em defesa do serviço público, da valorização dos servidores e da garantia de políticas públicas de qualidade para a população brasileira.